ESPAÇO PÚBLICO
Revista de Políticas Públicas
ISSN 2595-5535, n. 4, v. 4, ano 2019

UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A theoretical discussion on economic development versus sustainable development

Una discusión teórica sobre el desarrollo económico versus el desarrollo sostenible

Osmar Faustino de Oliveira[1]
José Geraldo Pimentel Neto[2]
Manoel Raymundo de Carvalho Neto[3]
Flávio Antonio Miranda de Souza[4]

Resumo: A busca pelo Desenvolvimento é inerente ao ser humano e consequentemente às nações. Entretanto o próprio conceito de desenvolvimento tem sofrido alterações ao longo da história. Neste contexto, o presente artigo expõe algumas das contribuições dadas por diferentes pesquisadores, sobre o conceito de desenvolvimento econômico, que inclusive, ultimamente, congregou o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma o artigo pretende, por meio de uma revisão bibliográfica, promover uma ponderação sobre o Desenvolvimento Econômico e o Desenvolvimento Sustentável. O crescimento econômico é fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho. Entretanto, pelo natural processo de ampliação da produtividade, impulsionada pela modernização tecnológica, os postos de trabalho gerados não acompanham às taxas de expansão da economia e os recursos naturais são essenciais para o desenvolvimento de uma nação. O objetivo do presente trabalho é discorrer por meio de autores que estudaram sobre desenvolvimento econômico *versus* crescimento econômico e o que acontece com o desenvolvimento sustentável.
Palavras-chaves: Crescimento Econômico; Hegemonia Neoliberal; Sustentabilidade.

Abstract: The pursuit of development is inherent to the human being and consequently to the nations. However the very concept of development has undergone changes throughout history. In this context, the present article presents some of the contributions made by different researchers on the concept of economic development, which has recently brought together the concept of Sustainable Development. In this way the article intends, through a bibliographical review, to promote a weighting on Economic Development and Sustainable Development. Economic growth is a determining factor in the generation of new job opportunities. However, due to the natural process of productivity growth driven by technological modernization, the jobs generated do not accompany the rates of expansion of the economy, and natural resources are essential for the development of a nation. The objective of this paper is to discuss through authors who have studied economic development versus economic growth and what happens to sustainable development.
Keywords: Economic Growth; Neoliberal Hegemony; Sustainability.

Resumen: La búsqueda por el desarrollo es inherente al ser humano y consecuentemente a las naciones. Sin embargo, el propio concepto de desarrollo ha sufrido cambios a lo largo de la historia. En este contexto, el presente artículo expone algunas de las contribuciones dadas por diferentes investigadores, sobre el concepto de desarrollo económico, que incluso últimamente ha congregado el concepto de Desarrollo Sostenible. De esta forma el artículo pretende, por medio de una revisión bibliográfica, promover una ponderación sobre el Desarrollo Económico y el Desarrollo Sostenible. El crecimiento económico es un factor determinante en la generación de nuevas oportunidades de trabajo. Sin embargo, por el proceso natural de ampliación de la productividad, impulsado por la modernización tecnológica, los puestos de trabajo generados no acompañan a las tasas de expansión de la economía y los recursos naturales son esenciales para el desarrollo de una nación. El objetivo del presente trabajo es discurrir por medio de autores que estudiaron sobre desarrollo económico versus crecimiento económico y lo que sucede con el desarrollo sostenible.
Palabras claves: Crecimiento Económico; Hegemonía Neoliberal; Sostenibilidad.

[1] Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. osmarfaustino@yahoo.com.br
[2] Doutor em Desenvolvimento Urbano – UFPE. gerageo@gmail.com
[3] Mestre em Gestão e Economia da Saúde – UFPE. manoelneto.ufpe@gmail.com
[4] Doutor em Planejamento Urbano e Regional e Professor Titular da UFPE. fdesouza67@gmail.com

Introdução

O conceito de crescimento econômico aparece em 1776 com a publicação de "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, obra em que o autor observa a formação da riqueza de uma nação, discorrendo sobre o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos para ganhos de escala de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros. As discussões de um conceito distinto de desenvolvimento começam por Schumpeter, no início do século XX, que atribui ao crescimento uma característica apenas expansiva, enquanto que o desenvolvimento, segundo o autor, somente ocorreria "na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário (MATOS; ROVELLA, 2009).

O conceito de desenvolvimento econômico é bastante amplo e precisa ser mais debatido no meio acadêmico. Na visão de Bresser-Pereira (2006), desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que ocorre nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, caracterizados pelo aumento apoiado da produtividade ou da renda por habitante, seguido por um metódico processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

O termo "desenvolvimento sustentável" surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas também chamada de "Rio 92" foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como "Nosso Futuro Comum". O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidade (BARBOSA, 2008).

O crescimento econômico significa um aumento persistente da renda real de uma economia. Entende-se, também, que: tal aumento não afetará, necessariamente, o padrão de vida da população como um todo. Ao contrário, os efeitos de tal aumento são problemáticos e devem ser investigados empiricamente. O Desenvolvimento econômico, no sentido que se dá mais comumente a esta expressão, é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país (BERLINCK; COHEN, 1970).

Tendo em vista o que foi discutido acima, o presente trabalho tem como objetivo discorrer por meio de autores que estudaram sobre desenvolvimento econômico versus crescimento econômico e o que ocorre com o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: referencial teórico e discussões

A ideia de desenvolvimento sempre esteve presente nas diferentes concepções dos estudiosos das ciências econômicas, entretanto, a Teoria do Desenvolvimento originou-se, de fato, logo após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que não exista uma definição de desenvolvimento econômica universalmente aceita. Identificamos na literatura duas correntes de pensamento completamente distintas: uma de inspiração mais teórica, que considera o crescimento como

sinônimo de desenvolvimento e, outra, mais voltada para o empirismo, que entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Essa última, ligada aos teóricos da Cepal, defende o desenvolvimento econômico em pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem para utilização de recursos escassos (MORETTO; GIACCHINI, 2003).

Já o Desenvolvimento Sustentável apesar de ser um conceito questionável por não definir quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Mesmo assim, o referido relatório foi amplamente criticado por apresentar como causa da situação de insustentabilidade do planeta, principalmente, o descontrole populacional e a miséria dos países subdesenvolvidos, colocando somente como um fator secundário a poluição ocasionada nos últimos anos pelos países desenvolvidos (BARBOSA, 2008). O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental (ver figura 1).

Figura 1. Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fonte: (BARBOSA, 2008 pág. 5).

O autor Schumpeter, em sua análise, institui desde o início, os embasamentos sob as quais atua o mecanismo econômico, que são a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. Na Teoria do Desenvolvimento Econômico para aproximar-se do movimento da economia capitalista, este mesmo, difunde a mão de artifício de análise, como um método já presente e citado por outros autores. Trata-se do mecanismo do fluxo circular, uma ideia de criar uma imagem mental, um tipo de protótipo de sistema econômico a partir do qual vai se aprofundando o conhecimento, que foi usado antes por: Adam Smith e Karl Marx.

Na Riqueza das Nações, na parte em que procura identificar os determinantes do valor de troca das mercadorias, Smith refere-se a uma sociedade imaginária, anterior ao capitalismo, a que ele mencionou como o estágio grosseiro e primitivo da sociedade que antecede a acumulação de capital. Já Marx, por sua vez, em O Capital, na explicação do excedente e do processo de acumulação, parte primeiramente de uma economia mercantil simples. Para, depois, introduzir elementos próprios do modo de produzir capitalista.

Para Fernandes (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável, como hoje é apresentado à sociedade, acaba por obscurecer aquele que deveria ser o verdadeiro foco do debate atual em todos os aspectos e não apenas no ambiental, a saber, as diferenças, entre grupos sociais e entre nações, causadas pela atual forma de organização social de produção, ou seja, o atual sistema econômico de mercado. Já (LIMA, 2003; MATOS; ROVELLA, 2009) contribuíram com a visão ao apontarem que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais.

Já na economia do fluxo circular segundo Schumpeter, a vida econômica decorre monotonamente, em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período. Entretanto, não significa concluir que inexista crescimento econômico. Admitem-se aumentos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. Contudo, esse alicerce tecnológico já é conhecido, incorporada que foi com o tempo na matriz produtiva da economia.

Para José Eli da Veiga o desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado, mesmo que ainda não resolvido. Em seu livro "Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI" ele afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do "globalismo" (VEIGA, 2005)

Os agentes econômicos apegam-se ao estabelecido, e as adaptações às mudanças ocorrem em ambiente familiar e de trajetória previsível. Nessas circunstâncias, de acordo com Schumpeter, mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores. A questão para Schumpeter é que as inovações transformadoras não podem ser previstas *ex ante.* Contudo, esses tipos de inovações, que são originadas no próprio sistema, quando introduzidas na atividade econômica, produzem mudanças que são qualitativamente diferentes daquelas alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular. Assim, a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se devem à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar (COSTA, 2006).

> O desenvolvimento leva Schumpeter a procurar estabelecer de onde provêm as inovações, quem as produz e como são inseridas na atividade econômica. Do plano, Schumpeter descarta a hipótese de que elas se originem no âmbito dos desejos e necessidades dos consumidores, embora esses sejam elementos importantes para a adoção e difusão de novas combinações. Todavia, esses atores são passivos em relação à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e processos. Apenas os incorporam aos seus hábitos diários. Schumpeter deixa explícito que os meios de produção necessários às novas combinações não estão ociosos, à espera para serem

> empregados na produção de novos bens. Os recursos para viabilizar as novas combinações já estão disponíveis na sociedade, estando empregados em atividades que compõem o fluxo circular. São as novas maneiras de combiná-los, retirando-os dos locais onde se acham empregados e alocando-os em novas atividades, que se vão produzir, então, o que Schumpeter chamou de desenvolvimento econômico (COSTA, 2006. p. 5 e 6).

Para Carla Canepa "o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro" (CANEPA, 2007; BARBOSA, 2008).

Segundo Baracho e Fauvrelle (2012), cada sociedade possui um ideal máximo o qual persegue ao longo de sua história. Os norte-americanos, por exemplo, têm na liberdade como seu desenvolvimento. Já os franceses pautam-se na ação pela igualdade. No caso brasileiro, a temática do desenvolvimento é a que possui maior importância. Tanto é que a própria bandeira nacional expõe o lema positivista "Ordem e Progresso" desde a sua proclamação. A procura por melhores formas de concretizar as suas virtualidades e potencialidades é frequente em diversas outras formas de expressão social do país. O prefácio da atual Constituição brasileira aduz que o Estado democrático, por ela instituído, está proposto a garantir o desenvolvimento.

O crescimento econômico é fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho. Entretanto, pelo natural processo de ampliação da produtividade, impulsionada pela modernização tecnológica, os postos de trabalho gerados não acompanham às taxas de expansão da economia. Tem-se de um lado o desemprego conjuntural que oscila de acordo com as flutuações da atividade econômica e por outro temos o desemprego estrutural que cresce naturalmente com a evolução tecnológica.

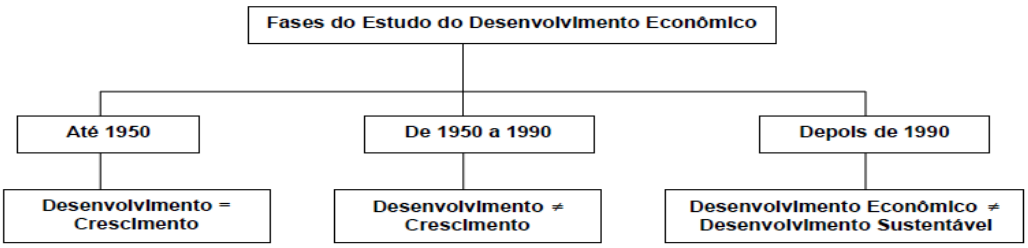
O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que partiu da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, as diferenças regionais são constantes. Segundo (GALVÃO, 2004 p. 23): O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens. Para (SEM, 2000 p. 18) "o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação: pobreza, e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos [...]".

> O vocábulo desenvolvimento remete à ideia de transformação, crescimento, progresso; evolução de um *status quo ante* para uma nova realidade, um estado novo caracterizado por ser qualitativamente, e não apenas quantitativamente, superior ao anterior. Nesse sentido, tal termo se faz presente em diversas áreas do conhecimento humano. Nas ciências biológicas, essa palavra pode estar associada à passagem gradual, protagonizada por um determinado ser vivo, de um estado inferior para um estado mais aperfeiçoado, no qual ele esteja dotado de melhores condições de sobrevivência. Nas ciências exatas, a palavra desenvolvimento pode estar relacionada ao desenrolar natural de uma determinada reação física. Já nas ciências sociais, como é o caso da Economia, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor

> realizar as suas virtualidades e potencialidades (BARACHO; FAUVRELLE, 2012 p. 2).

Já faz tempo que o conceito desenvolvimento tornou-se tanto um slogan, como um termo multiparadigmático. Historicamente, o conceito vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Figura 02 - As diferentes fases do estudo do desenvolvimento econômico.



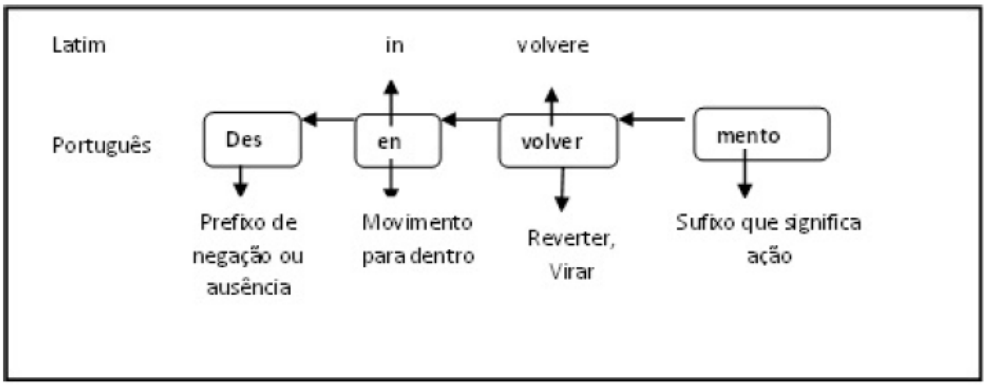
Fonte: (MORETTO; GIACCHINI, 2003. p. 4)

Uma análise desses paradigmas conceituais nos permitirá compreender o que é e por que o desenvolvimento, de que é em direção a que o desenvolvimento nos induz. Tendo em vista que não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a forma de pensar e de agir do comportamento humano, tal como compreende-se no conceito de desenvolvimento. Para pensar um pouco sobre essas questões, será exibido as percepções sobre o processo de formação desse conceito na sociedade capitalista. Para tanto, toma-se como referência quatro dimensões de análise: política, econômica, social e ambiental. Todavia, lembramos que tais dimensões não são as únicas que possibilitam esse tipo de compreensão, mas entendemos que são as mais relevantes na atual conjuntura do capitalismo.

Os dois fatores fundamentais a determinar, diretamente, o desenvolvimento econômico é a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, ela aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer.

O crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando. Quando uma sociedade é capaz de conformar essas instituições e políticas econômicas para que elas assumam o caráter de uma estratégia nacional de competição internacional, aumenta a probabilidade de que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Figura 3 - Etimologia da Palavra Desenvolvimento



Fonte: (SANTOS; et.al 2012 p. 3).

A origem do conceito Desenvolvimento surgiu na biologia, agregado como processo de evolução dos seres vivos para a obtenção de suas potencialidades genéticas. Com Darwin, a palavra desenvolvimento sobreveio a ter uma compreensão de modificação, aspecto como um movimento na direção da forma mais adequada. Um organismo se desenvolve ao alcance que prospera em direção à sua maturação biológica. A permuta da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e adotou corpo com o darwinismo social. Com ela, pode averiguar que o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades inseparáveis, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim características específicas de algumas sociedades ocidentais. Essas sociedades obtiveram o *status* de desenvolvidas, o que faz entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para a obtenção do seu próprio bem-estar (SANTOS; et.al 2012).

De maneira geral, a inquietação com o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica. De caráter preliminar, os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) exibem o desenvolvimento como um acontecimento extraordinário para a concretização do sistema capitalista. Porém, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o status de elemento de pesquisa científica com o nascimento da Economia do Desenvolvimento. Com esta é estabelecido todo uma estrutura teórica e metodológica para expor e promover o desenvolvimento como algo associado a uma sociedade industrial, urbana e possuidora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária. Esses foram alguns trabalhos iniciais dos economistas famosos da economia, surgiram outros economistas famosos discutindo sobre o desenvolvimento econômico como Furtado, por exemplo.

Já em relação ao desenvolvimento sustentável as tentativas de obter uma avaliação quantitativa da sustentabilidade podem ser encontradas em várias pesquisas. Entretanto, os esforços mais significativos para mensurar o desenvolvimento sustentável começaram, somente, na década de 90. Esses esforços cresceram após 1992 quando na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Comunidade Internacional exprimiu obviamente a necessidade de se mensurar o nível de desenvolvimento sustentável (MIKHAILOVA, 2004).

A busca de indicadores e índices de desenvolvimento sustentável passou a ser uma questão bem discutível na literatura mundial e nacional. Naquela época foram destacados como os dois assuntos mais urgentes para serem resolvidos: a falta de metodologias de avaliação quantitativa (que se tornou um fator limite) e a grande carência de dados estatísticos ambientais. Por isso, paralelamente à discussão do conceito de sustentabilidade têm-se procurado técnicas capazes de mensurarem tal desenvolvimento, regulando o nível do desenvolvimento de uma nação e da sustentabilidade de seus sistemas socioeconômicos e ecológicos (MIKHAILOVA, 2004).

O desenvolvimento econômico pode ser definido como uma mudança estrutural, ou seja, o desenvolvimento é uma transformação na relação e nas proporções internas do sistema econômico. A sociedade é caracterizada por um conjunto econômico complexo que traduz formas econômicas e sociais diversas. Desse modo, o desenvolvimento econômico ocorre quando o aumento permanente na produtividade média do trabalho se assimila a essa estrutura complexa (QUEIROZ, 2011).

Contrapondo o parágrafo acima, o conceito descrito por Sachs (1993) refere-se à sustentabilidade como: Sustentabilidade ecológica que se refere à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas. Sustentabilidade ambiental que se refere à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social que se refere ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. Sustentabilidade política que se refere ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. Sustentabilidade econômica que se refere a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrossociais" (Agenda 21 brasileira; BARBOSA, 2008).

O desenvolvimento é considerado como um resultado do crescimento econômico seguido de melhoria na qualidade de vida de uma sociedade, ou seja, aumento do Produto Interno Bruto e a eficiência na alocação de recursos pelos diversos setores da economia, melhorando o bem-estar econômico e social da população. A redução da pobreza, do desemprego e das desigualdades e aumentos nas condições de saúde, na alimentação, educação e moradia, é considerada melhorias no desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002).

Correlacionando com o parágrafo acima o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro (CANEPA, 2007; BARBOSA, 2008).

O desenvolvimento econômico como crescimento econômico gera aumentos positivos no produto acompanhado por melhorias do nível de vida dos habitantes da cidade e por alterações estruturais na economia. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e é claro, humana e social. O desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e

na renda transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, como a saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc. (OLIVEIRA, 2002).

Atualmente, século XXI o Brasil tornou-se um país moderno, industrializado e urbano que proclamou uma vasta gama de direitos e uma previdência social edificada a partir de mobilizações populares, mas que infelizmente traz consigo o velho e atual problema da pobreza e da desigualdade social que se caracteriza pela acentuada concentração de poder e de riqueza das classes e setores sociais dominantes e através da pobreza generalizada de outras classes e setores sociais (SILVA; et. al., 2012). Neste aspecto é, no horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação. Sinal de uma população na prática destituída de seus direitos, a pobreza brasileira não deixa, de fato, de ser enigmática numa sociedade que passou por mudança de regime, fez a experiência de conflitos diversos, de mobilizações e reivindicações populares, que mal ou bem fez sua entrada na modernidade e proclama, por isso mesmo, a universalidade da lei e dos direitos nela sacramentados (SILVA; et. al., 2012).

O modelo Neoliberal é marcado pela redução dos gastos públicos para com o social e com a maximização para o lucro do capital. A década de 1990 foi marcada por uma crise econômica herdada de décadas anteriores e traz como perspectiva de solução a ideologia neoliberal que prescreve como receita para a crise o afastamento do Estado de suas responsabilidades para com o social, com o mercado se autorregulando, com retomada do ideal da competição e do individualismo com doses extras de privatizações, tendo como consequência, a intensificação da exclusão dos indivíduos do mundo do trabalho e a negação dos direitos legitimamente conquistados. A pobreza no Brasil é inteiramente derivada deste processo de negação dos direitos, ao longo da história do Brasil em que o debate sobre o problema muitas vezes é separado de igualdade e da justiça social (SILVA; et. al., 2012).

Assim como o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000; BARBOSA, 2008).

A palavra desenvolvimento despacha à ideia de transformação, crescimento, progresso, a evolução de um status quo antepara uma nova realidade, um estado novo caracterizado por ser qualitativamente, e não apenas quantitativamente, superior ao anterior. Nesse sentido, se faz presente em diversas áreas do conhecimento humano e científico. Nas ciências biológicas, essa palavra pode estar associada à passagem gradual, protagonizada por um determinado ser vivo, de um estado inferior para um estado mais aperfeiçoado, no qual ele esteja dotado de melhores condições de sobrevivência. Já nas ciências exatas, o termo desenvolvimento pode estar relacionada ao desenvolver o natural de uma determinada reação física. Com as ciências sociais, como é o caso da Economia, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano, ou seja, ao processo em que a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (BARACHO; FAUVRELLE, 2012).

> Na busca pela melhor satisfação de suas necessidades, os homens se aglomeram com os seus semelhantes, formando as sociedades. Entretanto, a produção material – criação de bens e serviços (alimentos, vestimentas, alojamentos etc.) – é vital à própria existência humana. Nas sociedades, tão importante quanto a produção é a distribuição. A forma como a sociedade produz e distribui os bens e serviços que lhe são necessários denomina-se estrutura econômica. A estrutura econômica é o fundamento sobre o qual se erguem as demais estruturas de uma sociedade, como a política, a cultura, a religião e até mesmo a ciência. Assim, em uma comunidade, a vida social é determinada em última instância2 pela sua estrutura econômica (MARX, 1859). Dessa forma, o desenvolvimento de uma sociedade está intimamente relacionado ao desenvolvimento de sua economia (BARACHO; FAUVRELLE, 2012, p.3).

Cada autor tem uma forma de definir desenvolvimento econômico, mas ambos estão conectando desenvolvimento com o bem-estar da população, para haver desenvolvimento em uma sociedade, precisa haver bem-estar social e econômico. No caso do município, para existir desenvolvimento não precisa ser altamente qualificado em tecnologia, mas haver distribuição de renda, melhores condições de saúde, salários melhores, mais educação.

O desenvolvimento não se define apenas na renda que um indivíduo pode ter, como também, nas liberdades que as pessoas desfrutam. Como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades socais, garantias e transparência e segurança protetora. O aumento da capacidade humana ajuda a enriquecer a vida do ser humano. Como acesso à educação básica, saúde, segurança, justiça social, participação política (SEN, 2000).

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico, de um lado conexo com o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais ou estados nação e, de outro, com o acúmulo de capital e a incorporação de progresso técnico a trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições principalmente de mercados relativamente competitivos. O desenvolvimento é, portanto, um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O desenvolvimento econômico só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva histórico-estrutural como também keynesiana. Histórico-estrutural porque nele os três interesses básicos da sociedade, ou seja, a econômica e social, a cultural e a institucional que são interdependentes e transformam dialeticamente. A keynesiana, porque nesse processo não basta avaliar o desenvolvimento econômico pelo lado da oferta, como também é necessário vê-lo pelo lado da demanda. De acordo do ponto de vista histórico, o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com incorporação ordenada de progresso técnico que se manifestou historicamente quando a organização da produção social adotou uma forma capitalista ou moderna digamos assim. Apenas a partir desse momento é que passaram a ter vivência histórica de uma classe de trabalhadores assalariados que comercializam sua força de trabalho no mercado, e uma classe de empresários capitalistas que investem e inovam. É a partir daí que o progresso técnico se identifica inicialmente com a Revolução Industrial. Sendo o momento em que se completa a Revolução Capitalista que passou a acontecer de forma rápida, e o reinvestimento dos lucros com incorporação de tecnologias cada vez mais eficientes e aprimoradas tornando-se uma categoria de sobrevivência dos empresários e de suas empresas. A hipótese mais do que a conclusão básica é que o desenvolvimento econômico e, mais amplamente, o desenvolvimento humano, só começa a se realizar quando um povo ou um

conjunto de povos, no quadro da Revolução Capitalista, se transforma em uma Nação, consegue se dotar de um Estado, e passa a deliberadamente buscar progresso dos seus padrões de vida. De acordo com essa perspectiva, o atuante histórico por nobreza do desenvolvimento econômico é a Nação, ou seja, é a sociedade nacional que, partilhando de um destino comum, consegue controlar um território e dotar de um Estado que lhe sirva de principal instrumento de ação coletiva. A categoria principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é que essa Nação tenha autonomia e coerência satisfatórias por meio do seu Estado, estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição econômica com as demais nações (BRESSER-PEREIRA, 2008).

> Histórica ou empiricamente não há caso de verdadeiro desenvolvimento econômico sob categoria colonial. No bojo da onda ideológica neoliberal que sacudiu o mundo desde os anos 1970, pretendeu-se opor o Estado ao mercado no processo do desenvolvimento econômico. Esta oposição, entretanto, não faz sentido. O Estado é a instituição matriz das demais instituições formais de uma sociedade; e nas sociedades modernas, é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade na consecução de seus objetivos políticos de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente. Nesta qualidade, um dos papéis do Estado é o de regular o mecanismo coordenador das economias capitalistas – o mercado. Não faz sentido, portanto, opor Estado a mercado. Ao invés disso, é preciso compreender historicamente as relações entre as duas instituições. Apenas nas duas fases iniciais do desenvolvimento econômico na fase da acumulação original e na da Revolução Industrial o Estado é o agente direto do desenvolvimento econômico. Em certos casos, como aconteceu no Japão, na Rússia e na China, esse papel de agente direto do desenvolvimento econômico torna-se quase absoluto. Terminada está a Revolução Industrial, o Estado gradualmente se retira das atividades produtivas, que não lhe são próprias, transferindo-as para os empresários e as empresas. Na fase que se segue, a renda per capita e os padrões de vida continuam a aumentar, muitas empresas se transformam em grandes organizações, e, sempre no quadro do desenvolvimento capitalista, forma-se uma terceira classe além da capitalista e da trabalhadora: a classe profissional ou tecnoburocrática. O Estado, por sua vez, enquanto sistema constitucional-legal ou regime político, se democratiza, ao mesmo tempo em que, enquanto aparelho, cresce fortemente deixando de ser um Estado Liberal para se transformar em um Estado Social (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 4 e 5).

Sen (2000) questiona este atual modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. Tal modelo tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais. Por isso, de acordo com o autor, a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais. Conclui (SEN, 2000) que o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico associadas a investimentos em P&D, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

O crescimento econômico significa um aumento persistente da renda real de uma economia. Entende-se, também, que: tal aumento não afetará, necessariamente, o padrão de vida da população como um todo. Ao contrário, os efeitos de tal aumento são problemáticos e devem ser investigados empiricamente. O Desenvolvimento econômico, no sentido que se dá

mais comumente a esta expressão, é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país (BERLINCK; COHEN, 1970).

Na atualidade os seus usos e entendimentos estão integrados na hegemonia neoliberal, convencionado em slogans multiparadigmáticos de progresso e da acumulação financeira irrestrita. Esta abordagem neoclássica da economia propõe o desenvolvimento como uma força motriz apta a dirigir uma sociedade subdesenvolvida à uma sociedade desenvolvida. Porém, na prática o que tem ocorrido com intensidade avassaladora é o distanciamento entre nações ricas e nações pobres, visto que "crescer é preciso, distribuir nem tanto. Isso atrapalha o Desenvolvimento Sustentável, pois os capitalistas não estão preocupados com os recursos naturais para as gerações futuras, e, sim com seus lucros imediatos (FARIA; et. al., 2017).

Esse novo "desenvolvimento" surge carregado de sentidos totalmente favoráveis as instituições empresariais e precárias para o trabalhador e o meio ambiente, procedendo em graves consequências para o mercado de trabalho, uma realização caracterizada pela desregulamentação dos acordos trabalhistas, intensificação do desemprego, promovida em contratos informais de trabalho e com relações incertas: trabalho intermitente, jornada fracionada, terceirização, subcontratação, entre outros. Segundo (ALVES, 2005; FARIA; et. al., 2017), o desenvolvimento neoliberal é na realidade uma reestruturação produtiva do capital, expressando uma nova racionalidade do espaço-tempo e da produção do capital. Acontece em uma configuração flexível, fluída, difusa e mundializada, a qual traz em seu bojo um forte processo de reorganização e reconversão de setores industriais e prejudiciais ao meio ambiente (FARIA; et. al., 2017).

Conclusões

Portanto, do desenvolvimento econômico, que já fora uma evolução sobre o simples conceito de crescimento econômico, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito traz consigo a preocupação com o uso consciente dos recursos produtivos, e consequentemente, a manutenção destes, mesmo porque o desenvolvimento econômico, até o momento, está alicerçado na geração de produção, renda e consumo. O conceito de desenvolvimento sustentável está cercado por críticos e defensores, que, embora possam divergir em questões pontuais, em sua maioria, quase sempre convergem no que diz respeito à necessidade de um desenvolvimento global, que acarrete melhoria da qualidade de vida para toda a população através do equilíbrio entre as dimensões econômica, social, institucional, territorial e ambiental.

Considerando-se a evolução dos termos relacionados sobre à sustentabilidade pode-se concluir que não existe um conceito único de sobre a temática, principalmente quando abordado os vários aspectos do desenvolvimento contemporâneo que tem como base os fatores: econômicos, sociais, políticos, culturais dentro de um dado território. De acordo com o que foi abordado nesse texto o desenvolvimento sustentável não se restringe ao gerenciamento dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas regionais e do meio ambiente global. Esse tipo de desenvolvimento visa melhorar as condições da vida da população humana resolvendo o problema da pobreza e desigualdade sem desrespeitar a preservação de sistemas ecológicos dos quais toda a vida humana depende, pelo menos, é o que se verifica nas perspectivas teóricas.

Conclui-se que na atualidade o uso e entendimento do desenvolvimento econômico e crescimento econômico estão ligados na lógica do mercado neoliberal, aderindo "*slogans*" do capitalismo e da acumulação flexível que tem como base as estruturas financeiras e de

especulação. Essa prática mostra uma ação avassaladora no globo (países subdesenvolvidos) sendo, cada vez mais, um país desigual, pois a uma lógica de crescimento, porém não há, na mesma proporção, um processo de distribuição para todas as classes sociais. Obviamente, que essa relação atrapalha o Desenvolvimento Sustentável, pois o processo de produção de capital é prioritário, por este fato, essas ações geram negatividades no processo de desenvolvimento da sociedade e do seu meio natural, pois um fator preponderante é a sobrevivência e isso, normalmente, gera impactos negativos ao meio ambiente proporcionando uma perda gradativa da "saúde" dos recursos naturais para as gerações futuras já que foco desse processo neoliberal é a lucratividade entre as instituições de dominam o sistema econômico-financeiro.

Referências

ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1, 1999.

BARACHO, Hertha Urquiza; FAUVRELLE, Thiago A. **Desenvolvimento Econômico: O conceito Histórico na Constituição Brasileira.** Texto presente na bandeira nacional desde a sua adoção em 1889. Link: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=483101a6bc4e6c46 Acesso em: 05/02/2019

BARACHO, Hertha Urquiza; FAUVRELLE, Thiago A. **Desenvolvimento Econômico: O Conceito Histórico na Constituição Brasileira.** Texto presente na bandeira nacional desde a sua adoção em 1889. Resume o mote do positivismo "L'amour pour principe, l'ordre pour base et le progrès pour but", ideologia largamente difundida quando da proclamação da república brasileira. 2012.

BARBOSA, G. S. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BERLINCK, M. T.; COHEN, Y. **Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico e Modernização na Cidade de São Paulo**. R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, 10 (I): 45/64, jan. Mar. 1970

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (cood.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento Econômico e Revolução Capitalista**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão 170. São Paulo, setembro de 2008.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo RS Brasil, 2006.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GALVÃO, Antonio Carlos F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Europeia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MATOS, R. A.; ROVELLA, S. B. C. **Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução**. Centro Universitário e das Faculdades OPET. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf Acesso em: 15/05/2019.

MORETTO, Cleide Fátima; GIACCHINI, Jussara. **Do surgimento da Teoria Do Desenvolvimento a Concepção de Sustentabilidade: Velhos e Novos enfoques rumo ao Desenvolvimento Sustentável**. MESA 1: Teoria Econômica e Meio Ambiente: meio ambiente na teoria econômica. São Paulo, 2003.

MIKHAILOVA, Irina. **Sustentabilidade: Evolução dos Conceitos Teóricos e os problemas da mensuração prática**. Revista Economia e Desenvolvimento, n° 16, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discursão sobre o desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2. 2002.

QUEIROZ, Júlia Melo. **Desenvolvimento Econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9. 2011.

SANTOS, Elinaldo Leal; et.al**. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional**. Revista Eletrônica do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado - DRd – Desenvolvimento Regional em debate
Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Título Original: Development as freedom.Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli. São Paulo: Companhia de Letra, 2000.

SILVA; et. al. **Uma Análise do Programa Bolsa Família e da Pobreza como fator de Exclusão**. The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012).

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.